

Beneficiário	Data da decisão	Entidade decisora	Montante (em euros)
Hospital São João, E. P. E.	28 de Janeiro de 2010	Conselho directivo	3 707,56
Hospital São João, E. P. E.	3 de Fevereiro de 2010	Conselho directivo	3 973,16
Hospital São João, E. P. E.	3 de Março de 2010	Conselho directivo	4 348,31
Hospital São João, E. P. E.	9 de Abril de 2010	Conselho directivo	3 547,71
Hospital São João, E. P. E.	3 de Maio de 2010	Conselho directivo	2 804,88
Hospital São João, E. P. E.	16 de Junho de 2010	Conselho directivo	3 645,32
<i>Total</i>			22 026,94
ULSNA, E. P. E.	1 de Março de 2007	Presidente do conselho directivo	22 944,70
<i>Total</i>			22 944,70

14 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *João Nabais*.

203826419

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 21905/2010

Concurso de habilitação ao grau de consultor da carreira médica hospitalar, aberto pelo aviso n.º 848/2005 (2.ª série), publicado no Diário da República, n.º 21, de 31 de Janeiro

Faz-se público que por deliberação do Conselho Directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., de 14 de Outubro de 2010, foi nomeado o júri a seguir indicado da área profissional de Anatomia Patológica:

Presidente — Dr.ª Isabel Maria de Carvalho Amendoeira dos Santos e Sousa — Chefe de Serviço de Anatomia Patológica — Hospital de S. João, E. P. E. — Porto.

Vogais efectivos:

Dr. José Manuel Pedrosa Baptista Lopes — Chefe de Serviço de Anatomia Patológica — Hospital de S. João, E. P. E. (substitui o presidente em caso de falta ou impedimento);

Dr.ª Maria José Santos Rosa Carneiro de Brito — Chefe de Serviço de Anatomia Patológica — Hospital Garcia de Orta, E. P. E.;

Dr.ª Maria Helena da Cunha e Sousa de Oliveira — Chefe de Serviço de Anatomia Patológica — HPP — Hospital de Cascais;

Dr.ª Paulo Bernardo Silvério de Figueiredo — Chefe de Serviço de Anatomia Patológica — Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E. P. E.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria de Fátima Moreira Teixeira de Magalhães — Assistente Graduada de Anatomia Patológica — Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E.

Dr.ª Maria Helena Pego Barata Garcia — Assistente Graduado de Anatomia Patológica — Hospitais da Universidade de Coimbra, E. P. E.

14 de Outubro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Teixeira*.

203852688

Declaração de rectificação n.º 2189/2010**Rectificação do aviso n.º 21139-A/2010, relativo à abertura do concurso extraordinário de ingresso no internato médico — Área profissional de especialização (IM 2011-B)**

O aviso n.º 21139-A/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, suplemento, n.º 205, de 21 de Outubro de 2010, relativo à abertura do concurso extraordinário de ingresso na área profissional de especialização do internato médico em 2011, saiu com uma incorrecção, que a seguir se rectifica.

Assim, no n.º 4.2, onde se lê «de 20 de Outubro a 03 de Novembro de 2010» deve ler-se «de 21 de Outubro a 5 de Novembro de 2010».

21 de Outubro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Teixeira*.

203852322

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Departamento de Gestão e Administração Geral

Declaração de rectificação n.º 2190/2010

Por ter sido publicado com inexactidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 20 de Agosto de 2010, o aviso n.º 16633/2010, rectifica-se que, no n.º 10, onde se lê:

«2.º Vogal suplente: Helena Maria Ferreira Dias Coutinho, Enfermeira Especialista do ACES Grande Porto II — Gondomar.»

deve ler-se:

«2.º Vogal suplente: Helena Maria Fernandes Dias, enfermeira especialista do ACES Grande Porto II — Gondomar.»

21 de Outubro de 2010. — A Directora, *Maria Judite de Castro Oliveira*.

203854453

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 21906/2010**Concurso Interno Geral de Ingresso para preenchimento de um lugar (posto de trabalho) da categoria de Assistente (Ramo de Laboratório), da Carreira dos Técnicos Superiores de Saúde**

1 — Ao abrigo dos Decretos-Leis n.os, 414/91, de 22/10, 501/99, de 19/11, 213/2000, de 02/09, Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17 de Agosto de 2010, do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de quinze dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso, para preenchimento de um lugar (posto de trabalho) na categoria de Assistente, da carreira (não revista) dos Técnicos Superiores de Saúde, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. (Laboratório de Saúde Pública de Leiria).

2 — Validade do concurso: Este concurso é apenas válido para a ocupação do lugar referido, caducando com o seu preenchimento.

3 — Local de trabalho: Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. (Laboratório de Saúde Pública) — Leiria.

4 — Requisitos gerais: Os constantes do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

4.1 — Requisitos especiais: Os constantes do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11, habilitados com uma das licenciaturas constantes do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11 e com o grau de especialista do ramo de laboratório, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente

estabelecida, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

4.2 — Não podem ser admitidos candidatos cumulativamente integrados na carreira, titulares da categoria e que executem a actividade caracterizadora do lugar (posto de trabalho) para cuja ocupação se publicita o presente concurso, e que não se encontrando em mobilidade, exerçam funções no próprio órgão ou serviço.

4.3 — O vencimento é o constante da estrutura remuneratória anexa ao Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11 e as condições de trabalho são as actualmente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

4.4 — As funções a desempenhar são as constantes do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11.

5 — Método de selecção: Avaliação curricular, ao abrigo e nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11, com os n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º e n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

5.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos que a venham a requerer.

5.2 — A classificação final dos concorrentes, resultante da aplicação do referido método de selecção, será expressa de 0 a 20 valores e ordenará os candidatos segundo a classificação decrescente obtida, de acordo com os n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante apresentação de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, I. P., sitas na Alameda Júlio Henriques, s/n 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 09H00 e as 12H00 e as 14H00 e as 16H30, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

6.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade e Serviço de Identificação que o emitiu, ou cartão de cidadão, residência, código postal e telefone);

b) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, incluindo a indicação do *Diário da República*, número, série e data em que foi publicado o aviso;

c) Situação face à função pública, com a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como da carreira e categoria de que seja titular e serviço a que pertence;

d) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;

e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação.

6.3 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Currículo profissional, devidamente datado e assinado, donde constem nomeadamente, elementos relativos às habilitações académicas e profissionais, funções que exerceu ou exerceu, cursos de formação, acções formativas, estágios de âmbito profissional, jornadas e congressos em que participou/realizou, com a respectiva duração.

b) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão.

c) Fotocópia do certificado das habilitações académicas (literárias).

d) Fotocópia do documento comprovativo da posse da habilitação profissional (titularidade do Grau de especialista do ramo de laboratório).

e) Declaração, emitida pelo serviço a que o candidato pertence, donde conste inequivocamente a relação jurídica de emprego que detém, bem como o tempo da experiência profissional (correspondente ao exercício de funções na carreira/categoria para que é aberto o presente concurso).

f) Nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09, não é exigida a apresentação de documentos comprovativos dos requisitos gerais, bastando a declaração dos candidatos sob compromisso de honra no próprio requerimento.

7 — Da relação de candidatos admitidos e excluídos, bem como da lista de classificação final do concurso, serão os candidatos notificados nos termos dos artigos, 28.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

8 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Fernanda de Sousa Fonseca, Assessora Superior (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Vogais:

Efectivos: Maria do Rosário de Fátima Lopes de Figueiredo, Assessora Superior (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Maria de Fátima Brito dos Santos Quaresma, Assessora (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Suplentes: Isabel Maria Rodrigues Cravo, Assessora (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Ana Paula Passos Roque Costa Neves, Assessora (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

8.1 — A Presidente será substituída, nas suas faltas e impedimentos, pela vogal efectiva Maria do Rosário de Fátima Lopes de Figueiredo.

2010/10/15. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. João Pedro Pimentel*.

203856665

Aviso n.º 21907/2010

Concurso Interno Geral de Ingresso para preenchimento de um lugar (posto de trabalho) da categoria de Assistente (Ramo de Laboratório), da Carreira dos Técnicos Superiores de Saúde.

1 — Ao abrigo dos Decretos-Leis n.os, 414/91, de 22/10, 501/99, de 19/11, 213/2000, de 02/09, Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17 de Agosto de 2010, do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de quinze dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso, para preenchimento de um lugar (posto de trabalho) na categoria de Assistente, da carreira (não revista) dos Técnicos Superiores de Saúde, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. (Laboratório de Saúde Pública de Viseu).

2 — Validade do concurso: Este concurso é apenas válido para a ocupação do lugar referido, caducando com o seu preenchimento.

3 — Local de trabalho: Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. (Laboratório de Saúde Pública) — Viseu.

4 — Requisitos gerais: Os constantes do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

4.1 — Requisitos especiais: Os constantes do do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11, habilitados com uma das licenciaturas constantes do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11 e com o grau de especialista do ramo de laboratório, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

4.2 — Não podem ser admitidos candidatos cumulativamente integrados na carreira, titulares da categoria e que executem a actividade caracterizadora do lugar (posto de trabalho) para cuja ocupação se publicita o presente concurso, e que não se encontrando em mobilidade, exerçam funções no próprio órgão ou serviço.

4.3 — O vencimento é o constante da estrutura remuneratória anexa ao Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11 e as condições de trabalho são as actualmente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

4.4 — As funções a desempenhar são as constantes do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11.

5 — Método de selecção: Avaliação curricular, ao abrigo e nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11, com os n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º e n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

5.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos que a venham a requerer.

5.2 — A classificação final dos concorrentes, resultante da aplicação do referido método de selecção, será expressa de 0 a 20 valores e ordenará os candidatos segundo a classificação decrescente obtida, de acordo com os n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante apresentação de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, I. P., sitas na Alameda